



# O ESPAÇO RURAL, O ESPAÇO URBANO HEGEMÔNICO E O DESCONHECIDO<sup>1</sup>

Freed Vieira Ribeiro<sup>2</sup>

## Introdução

Este estudo é uma interpretação das identidades do espaço rural contemporâneo que tem como marco os processos de globalização. Tais processos constroem práticas e saberes econômicos, culturais e políticos, que são colados a artefatos, instituições e imagens que compõem lugares de vivências globais e locais. Os globalismos e localismos desses processos colocam em tensão identidades múltiplas que carregam elementos do espaço rural na alimentação, na vestimenta, na relação com a natureza, nas expressões culturais e nos comportamentos econômicos, sociais e políticos. Essas identidades do espaço rural da paisagem pós-moderna estão distantes das identidades culturais coesas da modernidade; das identidades absolutas concebidas pelas correntes essencialistas e positivistas da modernidade.

Paradoxalmente estaremos falando de uma espaço rural sem território e sem natureza, bem como de lugares rurais tradicionais vivenciados no espaço urbano do presente. Mesmo que concebidos como simulacros, representações e virtualidades, essa espacialização rural compõem elementos da realidade e das identidades contemporâneas. Participam dos jogos, embates e conflitos construtores das hegemonias e contra-hegemonias globais e locais. Como artefatos, imagens e comportamentos poderão ser visualizadas como espacialização rural global ou locais.

Mais do que analisar essas e outras manifestações contemporâneas de ruralidade, estaremos ensaiando uma interpretação da espacialização rural que, aparece desconstruída e desaparecidas no espaço e no tempo, aglutinando argumentos a favor de algumas teses básicas, a saber: a natureza que se concebe como espaço rural, por sua localização territorial e por suas potencialidades ecossistêmicas, é uma realização da cultura; os

---

<sup>1</sup> TRABALHO DESENVOLVIDO SOB A ORIENTAÇÃO PELA PROFESSORA ÉGINA CAETANO DE ASSIS ARAÚJO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA, CIÊNCIAS SOCIAIS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - UCG

<sup>2</sup> Aluno do Curso de Geografia da Universidade Católica de Goiás - UCG: FREEDRIBEIRO@BOL.COM.BR

valores culturais que se concebem como inerentes ao espaço rural são realizações da cultura hegemônica (metropolitana, cidadina e globalizada), que constrói um outro não-hegemônico (o rural e o agrícola) sob seu domínio e o espaço rural que desaparece não é o espaço rural, mas sim o espaço rural da consolidação da modernidade burguesa, em seu lugar emerge um novo espaço rural, revelado na paisagem pós-moderna. Em outro recorte analítico, estaremos falando das espacializações rurais da globalização, nosso tema de reflexão interpretativa. Essa narrativa analítica estará examinando os processos que localizam a imagem do espaço rural na natureza e nos valores tradicionais.

## **O Espaço rural, o espaço urbano hegemônico e o desconhecido**

Apreendido pelas oposições espaço rural e espaço urbano, espaço tradicional-espaço moderno, oposições incivilizado-civilizado e não-tecnificado-tecnificado, no espaço rural-agricultura herdado da modernidade a ruralidade estava sujeita aos domínios da natureza e da tradição, próprias das hegemonias urbano-industrial nos espaços nacionais. A compreensão de uma nova noção de espaço postula a existência de um processo de ressignificação - ou, como diriam outros, de desconstrução-construção - do espaço rural construído por aquelas antigas oposições sociedades tradicionais-modernas, espaço rural e espaço urbano e agricultura-indústria. Essa compreensão está associada aos processos recentes da globalização e do exercício da hegemonia das políticas neoliberais (de abertura dos mercados, de redimensionamento do papel do Estado, de descentralizações política e de desformalização das relações de trabalho herdadas).

Em sua historicidade uma identidade social carrega tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconscientemente. Expressas em corpos e mentalidades, essas identidades (individuais e coletivas) carregam suas possibilidades futuras de ser, criar, bem como um presente de angústias, aspirações e incertezas do seu vir a ser. É nessa confluência incerta do espaço passado e do futuro que, no presente, se expressa a identidade espacial em existência. Em outro sentido, toda identidade sócio-espacial que se faz presente, se expressa e só pode se revelar em suas relações, só podemos falar do lugar dos indivíduos em sociedade ou em sociedade de indivíduos, como bem nos demonstra Elias (1994). Não tem uma existência absolutamente autônoma das relações que a compõem e nem uma essência escondida que se revela por partes, como fazem crer as epistemologias herdadas do positivismo e do essencialismo. Paradoxalmente, ainda hoje esse ser autônomo está presente em algumas

correntes relativistas, que concebem, equivocadamente, a plena autonomia do sujeito pós-moderno.

Cada identidade espacial é, assim e sempre, expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão redes materiais e afetivas, de pertencimento familiares, de vizinhança, de grupos sociais, de classes, regionais, nacionais e internacionais, em suma locais e globais. Tal identidade só pode se revelar por sua presença ou ausência nestas redes. Dessas identidades só podemos captar indicadores, meros registros de existência, nunca a própria existência. As contingências sociais do lugar vivenciado no passado, no presente e projetadas para o futuro, que passarei a denominar de ambiências sócioecossistêmicas do espaço geográfico, conformam assim as possibilidades de pensar, de ser e de se comportar dos indivíduos, seja privada seja socialmente. Esse outro social incorporado na identidade dos lugares compõe, com as pulsões biossistêmicas primordiais, sua subjetividade. Mesmo a loucura é um comportamento social, carrega uma subjetividade sem experiência de pertencimento sócio-espacial, seja total ou fragmentado.

Se existem identidades do espaço rural, essas espacializações rurais vivenciam no presente confluências incertas do passado e do futuro. Cumpre-nos reter essas elaborações, elas darão sentido ao destaque que daremos ao espaço passado oligárquico do Estado, da cultura e da própria sociedade brasileira e de seu fundamento no domínio particular sobre o território, registrado na alta concentração na distribuição da propriedade de nossas terras, bem como sobre as expectativas que o futuro das tecnologias da biodiversidade, da engenharia genética e os direitos de patentes do futuro colocam sobre o presente dessas espacializações rurais.

A possibilidade de existência de uma identidade espacial requer a existência de outras identidades espaciais, tal é essa contingência do relacional. O uno requer o diverso, o indivíduo só existe na relação social. A identidade do espaço rural requer a existência do não espaço rural. Nesse sentido as espacializações rurais só podem existir e serem pensadas a partir de suas relações com algo que a cultura significa como não rural. Esses processos são ao mesmo tempo produtores de auto-reconhecimentos e de mútuo reconhecimento e como processos sociais carregam as assimetrias de poder dos contextos sociais em que são produzidos

Na modernidade burguesa os pólos construtores de identidades estiveram sediados na indústria e no espaço





Nos debates o rural tende a ser visto como um modo particular de utilização do espaço e da vida social. A compreensão da imagem do rural implicaria, portanto, a compreensão dos contornos (o espaço ecossistêmico), das especificidades (o lugar onde se vive) e das representações (o lugar onde se vê e se vive o mundo). As ruralidades que emergem referir-se-iam, portanto, às relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e as relações próprias de interconhecimento destas relações, densificadas pelo conhecimento e pela comunicação direta, face a face.

Refletindo sobre essas contribuições cabe registrar algumas indagações. Se procurarmos romper com a visão polar, cidade e campo, agrícola e industrial, ou ainda com uma concepção de continuidade de relações sociais, que implica em se considerar identidades sociais acabadas, fixas, autônomas, qual seria o sentido da noção de ruralidade, a partir da qual se poderia falar em construção de novas identidades (Carneiro, 1998), novos atores e novas disputas discursivas (Wanderley, 2000) e de um o campo estetizado na cidade (Paula, 1999). O falar em ruralidade aciona o seu par, a urbanidade, que pode também ser acionado no antigo sentido do par rural e urbano, ambos fixos e fechados. Como compreender ou visualizar momentos e espaços das relações sociais cidade-campo, das quais poderíamos destacar componentes de ruralidade – e também de urbanidade – seja na cidade seja no campo?

Poderíamos argumentar que as complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade, rompendo assim com a concepção essencialista de um ser rural que se opõe ao ser urbano. Olhando assim para esses componentes poder-se-ia falar de elementos de ruralidade em espaços urbanos, bem como, de elementos de urbanidade em espaços rurais. Essa argumentação, se consistente, refuta algumas das teses que falam do fim do rural, como a industrialização e a urbanização do campo, nessa a urbanidade em todos os espaços rurais e naquela, a urbanidade industrial dos processos produtivos.

Afirmava naqueles debates que teríamos que problematizar os elementos da espacialização rural e da espacialização da urbanidade nas relações sociais cidade-campo e perguntava se essa problematização nos ajudaria a melhor compreender os processos sociais do espaço agrário da atualidade. Levanta-se então algumas questões de fundo: Como articular as noções de espaço e tempo para compreender os elementos da espacialização rural nas relações sociais? Como conceber, conceituar na noção de espacialização rural do espaço biofísico e cultural (local, território, ecossistema, aldeia, formas familiares, moradia, corpo...) e tempo biofísico e cultural (planetário, dia-noite,

estações, do relógio)? Como compreender as noções de “identidade” e de “novas” identidades? Como compreendê-las a partir do grau de densidade e pluralidade das relações sócio-espacial contemporâneas, ao mesmo tempo locais e globais? A “nova” identidade seria a expressão de um outro eu diferente do eu que já fui? A nova identidade se expressaria na “conversão” do eu a uma nova visão de mundo, novas redes de afetividades e de socialização primária, etc? Ou seria ainda a inserção de meu eu em outras redes sociais complexificando a minha identidade em uma multiplicidade de identidade(s) espaciais? O ser relacional é concebido em suas múltiplas relações sócio-espaciais; expressa uma identidade múltipla, complexa, movente e flexível; a presentificação de um “eu rural” se revelaria em algumas redes sócio-espacial e se esconderia em outras? A nova identidade revelaria uma apropriação ou reinvenção do espaço passado, da tradição e memória cultural impondo, em sua existência sócio-espacial presente, apenas uma estetização ou ainda um espetáculo da espacialização rural ?

Carneiro (1998) fala de uma “ruralidade não mais como uma realidade empiricamente observável, mas como uma representação social”. Castoriadis (1999) revela que todo imaginário, todo social instituído contem uma dimensão conídica (conjuntista-identitária). Nesse sentido toda representação imaginária da sociedade contem um empírico observável e classificável. Em outro momento a autora fala que a “espacialização rural não é mais definida com base na oposição à espacialização da urbanidade. O espaço rural e o espaço urbano corresponderiam, portanto a representações sociais sujeitas a reelaborações e ressemantizações diversas de acordo com o universo simbólico a que estão referidas” (Carneiro, 1998). Isto não significaria que um mesmo sujeito social, dependendo do universo simbólico, pode vir a representar o espaço da ruralidade ou da urbanidade, contendo portanto em si mesmo, a referida oposição que a autora pensa ter desaparecido?

Às sistematizações que Wanderley (2000) faz do pensamento e das objetivações da “ruralidade” nos países avançados. A autora inicia sua reflexão argumentando que “os chamados países de capitalismo avançado são freqüentemente vistos, se não como modelos, pelo menos como referências que apontam os rumos das transformações econômicas e sociais, que os demais países tenderão, de alguma forma vivenciar. Na questão das transformações recentes do meio espacial rural e das relações deste com o meio espacial urbano, a enorme efervescência os embates acadêmicos, especialmente na Europa, está hoje presente entre nós e muitas vezes serve de argumento para a defesa de nossos próprios pontos de vista sobre a realidade brasileira (Wanderley, 2000).

Explorando a tese de que o meio rural se torna atrativo para as outras categorias sociais do espaço urbano, Wanderley (2000), argumenta que “nas sociedades que se desenvolveram economicamente, a distância – física e social – que tradicionalmente existia entre os habitantes do espaço rural e do espaço urbano foi sendo, pouco a pouco, reduzida. Segundo Wanderley (2000), a "paridade" econômica e sócio-espacial foi o resultado, sobretudo, da efetiva expansão das cidades, das crescentes facilidades de acesso da população do espaço rural – tanto aos bens e serviços modernos, produzidos nos centros do espaço urbano, como a níveis de renda mais próximos aos dos habitantes das cidades – e da tendência à uniformização dos modos de vida.

Na sócio-historicidade brasileira o esmaecimento dos diferenciais de renda e dos modos de vida está longe de se realizar. Penso ser necessário trabalhar com a hipótese de que o surgimento de um novo mundo espaço rural e de novas espacializações no Brasil carrega a reprodução das desigualdades históricas e pode não representar a cidadania, a democracia e o bem estar vivenciados nos países avançados. Nossas análises do espaço rural necessitariam também incorporar os processos, ainda em curso, de construção sócio-espacial da cidadania, da democracia e do próprio bem estar, distinto das sociedades avançadas.

Falar de espacialização rural é falar de uma da especificidade das relações humanas que se põe para a análise científica. Os mesmos processos que tensionam o espaço rural herdado tensionam as visões que cada uma das ciências sociais constrói sobre as relações sociais que fazem emergir o espaço rural. Não me deterei nestas considerações. Apenas quero destacar que as novas identidades espaciais de que falamos é parte componente do mundo espacial rural que, por sua vez é objeto de ensino e pesquisa. Novos desafios são, portanto, postos ao conhecimento, tanto epistemológica quanto tematicamente. A meu ver, a ruptura epistemológica necessária, porém difícil de realizar, impõe conceber a unidade sujeito-objeto e ser humano-natureza. Conceber essa unidade ou mesmo a sua dissolução, significa reconhecer que a natureza é elemento fundamental na identidade espacial do ser humano. Nesse esforço, deslocar o foco analítico para o fenômeno da vivência do lugar, do ser vivo, e da vida humana parece-me ser fundamental.

No caso da vivência espacial humana estaríamos nos indagando sobre as condições de existência do ser natural humano. Explorando essa afirmação, podemos dizer que as diferentes identidades espaciais se revelam e se constroem nas relações de lugares e, dependendo das nucleações sócio-espacial que garantem as autonomias relativas do sujeito e do objeto, pode-se afirmar que nem no objeto e nem no sujeito a identidade, inclusive do



espaço rural, revela toda a sua existência. O que poderemos verificar, medir e representar serão apenas índices, indicadores, traços, elementos e registros da própria existência, de uma identidade sempre não absolutamente revelada.

Essa questão tem sido objeto de vários pensadores, e carrega também a necessidade de compreendermos que a vida humana contém o grande mistério da ontologia e do sentido, do nascimento e da morte. Entramos nas insondáveis regiões já exploradas pelo pensamento filosófico e já representado pela pelo misticismos e pelas religiões, bem como pela filosofias do absoluto; seja este Deus, Natureza, Nada, Espírito, a Idéia, ou o Desconhecido (Weischedel, 2001). Hoje até as mais avançadas hipóteses da física das supercordas, em seu esforço rumo à síntese definitiva das relatividades especial e geral, do microquântico ao macrocósmico, reconhece um espaço insondável da teoria M, com múltiplos universos paralelos ao universo antrópico; M de mistério (Greene, 2001). Outros autores reconhecem a impossibilidade humana de acesso a tal lugar e nos falam invisível, indizível (Castoriadis, 1978), do inconsciente, da incerteza e da indeterminação. A existência a esse lugar, presente em todas as manifestações dos sentidos do ser humano e do pensamento, ganha realidade na representação cultural e é operado por algumas culturas como a própria realidade espacial. Essa operação mental religa (ação de ligar; religar, religião) o conhecível e o desconhecível, o visível e o invisível, o dizível e o indizível, construindo assim um fundamento, só se torna real pela crença, pela fé, e não pela demonstração.

Determinadas representações e práticas de acesso ao mistério são concebidas no ocidente burguês, racionalista e cientificizado como incivilizadas, selvagens e podem ser associadas à imagens do espaço rural. Tais são as representações culturais de uma natureza animística e divina, que lidam com os espírito das águas, das florestas, dos animais e dos astros como entidades reais, que se opõem ao divino espaço urbano.

As imagens do desconhecido tornam-se crenças que naturalizadas tornam-se fetiches. Elementos ativos e imanentes da realidade e da própria vivência da identidades. Esse desconhecido, passível de representação, de naturalização e de reificação sócio-espacial só poderá ser aceito como limites e contingências da vida humana lidarmos com noções abertas de ser humano e aceitarmos nosso poder como não absoluto.

Na paisagem pós-moderna de nossos dias, o relativismo científico retira esse fundamento do sentido de realidade da ciência e da razão, desreificando a Ciência e a Razão. Coloca o sentido de realidade na cultura. o espaço vívido passa a ter sentido só em

nós mesmos e os diversos fundamentos que apoiam essas realidades estão sujeitos a dúvida; todos eles; toda representação é discutível. As realidades estão sujeitas ao consenso social, na falta de consenso temos as disputas por legitimações e a co-existência de várias verdades, uma hegemônica. A diluição das fronteiras territoriais nacionais e a vivência de fenômenos do espaço globalizado, a disputa discursiva torna-se polifônica e a legitimação planetária, bem como a possibilidade de construção do espaço do capital. Hardt e Negri, nos falam dos processos recentes da construção dessa hegemonia espacial no Império e poder criativo de tensionador das multidões (Hardt & Negri, 2001). Santos (2002) nos fala das construção de contra-hegemonias.

A realidade espacial passa a ter um fundamento biopolítico (Hardt & Negri, 2001), estamos assim falando de um ser humano aberto, planetário e bio-socio-sistêmico, que contém diversidades culturais do espaço rural e espaço urbano.

## **O desaparecimento do espaço rural e as espacializações rurais contemporâneas**

Para Featherstone (1996), na contemporaneidade o espaço urbano em si tornaram-se nossa referência na pós-modernidade. O espaço urbano passa a representar o social em geral e ambos representam o global. Jameson (1996) também considera que o espaço rural e o espaço urbano não constituem mais mundos desnivelados, à medida que as tecnologias são assimiladas por toda parte. Em texto anterior Jameson (1996) argumenta que no momento histórico da ascensão do Estado burguês moderno na Europa, até mesmo Heidegger (1991) em sua obra **Ser e Tempo**, estabelece uma relação fantástica com a paisagem orgânica do campo pré-capitalista e da sociedade dos vilarejos camponeses, que seriam a forma final da imagem da natureza em nosso tempo. Dando consistência à consolidação daquela imagem do espaço rural cumpre-se atentarmos para os processos políticos e econômicos das transições à ordem e ao poder burguês o que estava em jogo era a destruição do poder das classes aristocráticas ou proprietárias de terra e não as sociabilidades dos “vilarejos camponeses e nem a “paisagem orgânica do campo pré-capitalista”.

Neste sentido, poderíamos afirmar que esse outro imaginado como a Natureza teria desaparecido por conta do vigoroso e implacável processo de modernização econômica do espaço capitalista. Complementando, Jameson (1996) postula que “em nossos dias, no entanto, pode ser possível pensar tudo isso de forma diferente, no momento da eclipse

radical da natureza” (Jameson, 1996). O capitalismo tardio, a Revolução Espacial Verde, o espaço neocolonialismo e as megalópoles estariam associados irrevogavelmente à destruição daquela imagem da Natureza de Heidegger (1991). O novo, seria um outro propriamente humano, o poder humano acumulado nas máquinas. A figura da tecnologia representaria esse poder humano alienado, esse outro que se volta contra nós em formas irreconhecíveis, o verdadeira transmutação do produto humano em controlador do humano, exposta pelo fetichismo da mercadoria, o Mercado. Ianni (1996) ao examinar o desenvolvimento extensivo e intensivo no mundo destaca a crescente transformação das condições de vida e trabalho no mundo do espaço rural. Para ele, os padrões e valores e o modo de vida do espaço urbano são estendidos ao espaço rural, industrializado por meio da “tecnificação, maquinização e quimificação” dos processos de trabalho e produção.

Uma nova imagem do espaço rural, que já não se diferenciaria do urbano é também revelada por Silva (1996). Em termos gerais poderíamos nos referir que o processo de desaparecimento do espaço rural está associado aos processos de revolução política e de modernização burguesa das antigas sociedades européias. Na atualidade, no tempo cultural do pós-modernismo, “sentimo-nos tentados a falar de algo novo e historicamente original: a penetração e colonização do Inconsciente e da Natureza pela destruição da agricultura pré-capitalista e da indústria da propaganda.” (Jameson, 1996). O espaço rural que desaparece é a imagem da natureza de Heidegger. No Mercado ele se iguala ao espaço urbano e desaparece, o novo espaço rural se localizaria no inconsciente e na natureza do planeta.

Canclini (2000) examinando as contradições do espaço moderno latino-americana elabora sobre as especificidade da vivência de processos de modernismos espaciais e culturais sem modernizações econômicas abrangentes por essas sociedades. Nesse contexto, o autor elabora uma interpretação de histórias híbridas. Questiona os erros de interpretações que emergem das comparações do espaço moderno latino-americana, ou mesmo terceiro-mundista, com as imagens otimizadas dos processos do espaço moderno europeu, que visualizam uma sincronia entre modernismo cultural e modernização econômica. (Canclini, 2000). Em situações históricas não-sincrônicas, cumpre-nos indagar em primeiro lugar se podemos falar de uma Natureza imaginada, a la Heidegger de “vilarejos camponeses” e de “paisagem orgânica do campo espacial pré-capitalista”, como presentes em nosso espaço cultural latino-americanas. Em tais casos, os colonialismos e os escravismos espaciais latino-americanos e a solidez cultural de sociedades do espaço pré-

coloniais certamente estarão associados à imagem do outro a ser destruídos pela modernização espacial burguesa pós-colonial na América Latina.

A análise do caso do espaço brasileiro, com certeza carregará elementos da uma “paisagem orgânica de um campo selvagem incivilizado” (dos sertões e das florestas tropicais) e dos “vilarejos do interior oligárquico”, ambos produzidos pela colonização espacial portuguesa e pela centralidade do leste marítimo que nos conecta ao ocidente europeu. O processo de aburguesamento espacial da sociedade brasileira esteve associado a “revoluções pelo alto” (Coutinho, 1990) e ao um “capitalismo autoritário” (Velho, 1990), que compreendido nas redes capitalistas mundiais, configurou internamente alianças oligárquicas de poder, sem questionamento da propriedade da terra. A ruptura monárquica e colonial, constituidora do Império e, posteriormente, consolidada na República Velha, recompõe pactos de oligarquias do espaço agrário. Os atos simbólicos de fundo na nossa transição do republicana são a destruição do espaço escravista e do poder monárquico imperial. A nova civilidade sócio-espacial brasileira do trabalho livre e a nova civilidade política brasileira do poder espacial republicano não desarticula de fato o poder econômico e sócio espacial, como foram os processos originais de aburguesamento das sociedades européias. (Moreira, 1999a). Nossos “vilarejos do interior”, distintos das “comunidades camponesas” européias, carregaram os poderes oligárquicos dos coronelismos herdados da casa grande e da senzala, só simbolicamente destruídos.

Por analogia à postulação de Jameson (1996), podemos trabalhar com a hipótese que a natureza que se constitui como o outro imaginário na modernização periférica do espaço brasileiro é a de “vilarejos do interior oligárquico” e a “paisagem orgânica de um campo selvagem e incivilizado”.

Se concordarmos com Canclini (2000), quanto a modernização espacial capitalista periférica incompleta, cumpre-nos reconhecer que aquele espaço rural dos “vilarejos do interior oligárquico” e a “paisagem orgânica de um campo selvagem e incivilizado” não desapareceu e nem o amálgama cultural do domínio colonial-escravista português. Aquele espaço rural ainda se encontraria mesclado no espaço contemporâneo periférico brasileiro, seja na forma política de uma democracia incompleta seja na forma de uma sociedade de padrão elevado de desigualdade econômica, espaciais e sociais.

Nesse sentido poderíamos visualizar em alguns de nossos indicadores sociais contemporâneos elementos daquela espacialização rural “selvagem e incivilizada” e “interiorana oligárquica”. Tais elementos estariam presentificados em nossos níveis de pobreza, saúde, escolaridade e de qualidade de vida, bem como nas atuais demandas por

reforma espacial agrária. Aquela espacialização rural poderia também ser visualizada em nossos comportamentos tradicionais de apropriação privada dos espaços e dos bens públicos, de favorecimentos, de compadrio e clientelismos. Nesse sentido poderíamos falar do espaço rural no espaço urbano e na política, bem como visualiza-lo em nossas instituições como produtos daquele amálgama indígena, africano e português, tipo particular da cultura híbrida de que nos fala Canclini (2000).

Com essa pequena problematização, temos duas narrativas para nossas reflexões sobre o espaço rural contemporâneo. Uma nos fala das imagens do espaço rural da modernidade européia e outra nos fala do espaço rural e das suas modernizações incompletas da periferia latino-americana, em especial a brasileira. Os processos de globalização, os localismos e globalismos e as disputas por hegemonias que exporemos mais adiante não nos permitirão descartar nenhuma dessas narrativas.

Para uma das narrativas, temos um processo homogeneizador da modernidade ocidental, que teria feito desaparecer o campo e o espaço rural. O desaparecimento deste outro imaginário que continha um espaço rural camponês e uma Natureza pré-capitalista seria a narrativa da sua dominação e transformação pelo processo de modernização espacial, cujo resultado nos oporia, na atualidade, um novo outro: o poder alienado da tecnologia, da megalópole, do espaço urbano e do social, tomados como instâncias privilegiadas do global transnacional. Neste sentido aquela imagem de espaço rural ocultou-se, desaparecendo em favor de um outro espaço rural da alta modernidade. Este espaço rural é ao mesmo tempo espaço urbano e global. Já tecnificado, industrializado, urbanizado e civilizado, a imagem desse espaço rural da alta ou da paisagem pós-modernidade rescreve as identidades do espaço rural tendendo a construir o agricultor como o jardineiro da natureza e como guardião do patrimônio natural e das tradições culturais, agora a serem preservadas. Nessa nova imagem o espaço rural já não se diferencia do espaço urbano.

Para a outra narrativa, temos a postulação de culturas híbridas, oriundas das especificidades sócio-espacial da periferia mundial, nas quais a modernização espacial e a modernidade espacial não se completaram. Os baixos níveis de escolaridade, saúde, cidadania incompleta e os elevados indicadores de desigualdades sociais atestariam essa afirmação de incompletude. Essa modernização espacial incompleta o é em um sentido radicalmente diferente daquele pensado pelas teorias da modernização e do desenvolvimento. Tais teorias antevêm a modernização espacial e o desenvolvimento se completando em algum momento do futuro.

Associada à segunda narrativa estaria uma compreensão no caso do espaço brasileiro. As raízes agrárias autoritárias do Estado Brasileiro e o domínio concentrado de território pouco têm sido ressaltadas nas análises da fragilidade e insuficiência de nossa democracia e dos elevados índices de desigualdades sociais do espaço contemporâneo, presentes nas sete faces da novo espaço brasileiro analisadas por Sorj (2000). Nessa perspectiva poderíamos falar da existência de uma espacialização rural autoritária no Estado e na cultura brasileira, que os processos de industrialização não foram capazes de apagar, presentes em nosso sincretismo cultural.

## **O local e o global na pós-modernidade: o espaço rural desterritorializado**

Em outra perspectiva o universo das espacializações rurais contemporâneas poderá ser visualizado a partir do pensamento sobre as relações entre o local e o global da pós-modernidade e da globalização. O outro Natural imaginário os nossos espaços rurais imaginários dos processos de aburguesamento espacial desapareceria em um paradoxal processo de desterritorialização e de presentificação. Seja esse um espaço rural imaginário visualizado como “vilarejos camponeses” e “paisagem orgânica do campo” pré-capitalista, tal como pensável a partir das sociedades européias, seja um rural dos “vilarejos do interior oligárquico” e “paisagem orgânica de um campo selvagem e incivilizado”, como em nossa hipótese para o caso do espaço brasileiro, ambos seriam reconstruídos e mesmo criados como tradições do espaço no tempo presente. Comporiam as realidades virtuais, os simulacros e as teatralizações próprias das culturas e das identidades pós-modernas. Haveria um duplo desenraizamento: do tempo, em um passado espacial que desaparece, reaparecendo como representação do passado desaparecido, e do espaço, local que desaparece ao se globalizar, reaparecendo como um global desterritorializado. Em outra análise (Moreira, 1999b) destacava que nas sociedades contemporâneas - cunhadas por alguns como sociedades do conhecimento e da informação - à produção material é incorporada a produção não-material, simbólica. A esfera da produção incluiria então tanto a produção e a apropriação do conhecimento técnico-científico na ordem competitiva capitalista, bem como a possibilidade de apropriação espacial de conhecimentos culturais rotineiros de culturas não hegemônicas, como as indígenas, camponesas, de curandeiros e de minorias, bem como, acrescento agora, a apropriação do espaço rural imaginário que acima delineamos.

Santos (2002) procurando entender a globalização contemporânea inicia sua análise pela desconstruir da globalização hegemônica desnaturalizando-a. Localiza sua emergência no Consenso de Washington que postula um projeto político de dominação espacial hegemônica e global. No detalhamento de sua análise procura compreender o complexo exercício espacial da hegemonia e de suas legitimações discursivas. Ao desdobrar sua narrativa analítica procura visualizar as relações do local e do global, em suas formas e discursos hegemônicos e contra-hegemônicos. O autor postula que o processo de globalização dilui as fronteiras das dimensões política, econômica, social e cultural. Dentro de cada uma delas, e na relação entre elas, conformam-se campos complexos de conflitos, que desautorizam análises simplistas e dos quais deduz diferentes globalizações, de diversas ordens – políticas, artísticas, culturais, tecnológicas, econômicas financeiras, etc – bem como expressivas de poderes hegemônicos e contra-hegemônicos. (Santos, 2002). Tais campos, como verdadeiras nebulosas, carregam discursos, dinâmicas e interesses díspares e contraditórios. As tensões do local e global parecem apontar para valorizações contraditórias de práticas espaciais sociais e culturais transnacionais (globalizadas) e nacionais e regionais (localizadas).

Com a intensificação das dimensões econômicas e políticas globalizadas, as relações sócio-espacial tendem a pressionar às fronteiras dos antigos localismos da tradição, do nacionalismo, da linguagem e da ideologia. Nas rupturas dessas fronteiras as relações sociais se globalizam e adquirem um espaço de atuação globalizado. Paradoxalmente ganham força identidades locais, regionais e nacionais, porém com demarcações diferenciadas das antigas experiências, fazendo emergir novos localismos (Santos (2002).

Nesses processos paradoxais de valorização do global-local, procurando desvendar suas tensões o autor identifica globalizações de cima-para-baixo, hegemônicas, e de baixo-para-cima, de resistência ou contra-hegemônica. No grupo das hegemônicas indica as formas de globalização do *localismo globalizado* e do *globalismo localizado* (Santos, 2002). No segundo grupo estão as de resistência espaciais do *cosmopolitismo* e do *patrimônio comum da humanidade*, ambas com potencialidade contra-hegemônica globalizada.

Nesses embates da globalização, o localismo globalizado seria a expressão do vencedor na luta pela apropriação ou valorização do espaço de recursos, imagens, artefatos e instituições. A identidade do vencedor carrega a capacidade de ditar os termos da integração, da competição e da inclusão espacial de outras identidades. Tendo sua particularidade anterior convertida em condição universal, hegemônica, o localismo

globalizado torna-se referência no reconhecimento das diferenças e dos critérios de classificação das hierarquias diferenciadoras. Ao ditar os termos das diferenciações estabelece as conseqüentes exclusões e inclusões espaciais subalternas, diferenciando e hierarquizando, assim, nações, regiões, grupos sociais e indivíduos, bem como artefatos instituições e valores culturais. Cumpre ressaltar que esse local globalizado é desterritorializado. Perde a raiz de seus contextos específicos e de sua vivência territorial, torna-se um elemento da rede global-local, transformando-se em seu próprio local de origem. (Kumar, 1997).

Na análise dos processos das produções materiais e imateriais globalizadas e seus embates construtores de hegemonias poder-se-ia visualizar ruralidades locais que se globalizam? Seria esse o caso, por exemplo, da referência dos EUA na expressão dos interesses econômicos hegemônicos expressos na OMC e nos acordos sobre alimentos e seus comércios? Qual seria a imagem hegemônica do espaço rural que estes interesses carregam? Como os processos discursivos constroem as classificações e as hierarquias das diversidades aí presentes? Qual é o outro não-hegemônico que foi construído pelos mesmos processos que construíram o hegemônico vencedor, o localismo globalizado? Como tal espaço rural globalizado torna-se assim a escolha dos países e regiões periféricas e semi-periféricas e são internalizados como globalismo localizado? Tais artefatos, processos e imagens assim localizados estariam fora de lugar? Todas as instâncias contemporâneas (econômica, políticas e culturais) inter ou transnacionais, como a ONU, o Banco Mundial, o FMI, a Unicef etc, não seriam instâncias legitimadoras de uma multiplicidade de localismos globalizados (espaço rural, espaço urbano, econômicos, artísticos, políticos de padrão de consumo, ambientalistas)? Haveriam assimetrias de poderes na legitimação das possíveis hegemonias? Quais os localismos que carregam possibilidades de hegemonias? Essas instâncias transnacionais não irradiariam e direcionariam pressões e políticas pela adoção local desses referenciais hegemônicos? Adotados localmente, esses globalismos localizados não tensionariam por de dentro os localismos não hegemônicos?

Essa multiplicidade de questões ao serem formuladas desnaturalizam o processo de globalização, na mesma linha em que o faz Santos (2002). Desvenda as redes de poderes e de assimetrias globalizadas e nos permite indagar sobre as assimetrias de poder que fazem determinados localismos rurais perdedores, seja nos espaços globalizados seja nos espaços nacionais e regionais.



Esses possíveis globais hegemônicos localizados se apresentariam no espaço brasileiro? Estariam aqui representados na sociabilidade espacial da empresa capitalista, que solidificada, ampliada aos processos produtivos industriais à montante (produção dos bens de produção de uso agrícola) e à jusante (agroindústrias de processamento) compõem o *agribusiness* espaço brasileiro contemporâneo. O poder do espaço rural hegemônico desses negócios pode ser visualizado por sua importância nas taxas recentes de crescimento do PIB nacional, a importância da agricultura nos saldos positivos da balança comercial, quando comparados com as performances da indústria, no poder político das associações patronais agro-industriais. Recentemente esse poder passou a ser representado pela atuação do Ministério da Agricultura, separando-o daqueles da agricultura familiar e da reforma agrária.

Aos modos de globalização hegemônicos contrapõem-se para Santos (2002), as os modos de globalização de resistência espacial do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade. A primeira forma espacial de resistência consiste em tentar transformar trocas desiguais em autoridade partilhada. Como exemplo, estariam os movimentos de associações indígenas, ecológicas e artísticas em busca de valores culturais alternativos e contra-hegemônicos. A segunda forma constrói-se em uma noção que recorre ao direito internacional, identificando o patrimônio comum da humanidade. Como exemplos, teríamos o caso das lutas pela proteção e desmercadorização dos recursos, entidades, artefatos e ambientes cuja sustentabilidade só pode ser garantida em escala planetária – um interesse mundial – entre elas as lutas ambientais e pela preservação da biodiversidade. Essa últimas em particular constróem novas imagens do espaço rural, como já citamos serem a dos jardineiros da natureza e dos guardiões da natureza e da tradição. Nessa perspectiva poderíamos ainda incluir os agricultores orgânicos, agroecológicos e os artesãos que atualizam receitas e artefatos tradicionais. O sucesso dos resistentes depende de redes transnacionais de uma sociedade civil e política global, dentre as quais as organizações não governamentais progressistas transnacionais e suas alianças com as organizações e movimentos locais. O cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade são, para o autor, movimentos contra-hegemônicos. Globalismos de baixo-para-cima que assumem o papel de resistência aos fenômenos de localismos globalizados e globalismos localizados (Santos, 2002). Os fenômenos de globalização não existem como entidades estanques, alimentam-se das lutas que se travam em diversas dimensões, não têm um caráter pacífico e consolidado, e atingem o campo sócio-espacial, tensionando portanto as identidades sociais em disputa.

No Brasil, sob amparo dos discursos do desenvolvimento do espaço rural sustentável, a ambiência da hegemonia globalizada impulsiona processos nacionais de compreensão do espaço agrário como um novo mundo rural que passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural). A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associam-se à valorização da cultura local e de etnias e ao apoio à produção de artefatos os mais diversos, como conservas, artesanatos e manufaturas associados à natureza e à culturas popular e tradicional, bem como na dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares. Esses processos de revalorização do espaço rural consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas, reduzem – podendo mesmo reverter – o processo de migração rural-urbana e estão associados à consolidação de processos participativos de planejamento e gestão sócio-espacial nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Os interesses associados à realização da reforma agrária e da agricultura familiar foram deslocados para o recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo procurei desdobrar as identidades do espaço rural e a sua materialização contemporânea que tem como marco os processos de globalização. Para esta análise, esbocei alguns aspectos que diz respeito a imaterialidade ou o ocultamento territorial e natural bem como lugares rurais tradicionais vivenciados no espaço urbano do presente. O enfoque aqui dado revela a sua não construção da espacialização rural e o seu desaparecimento no espaço e tempo, fazendo com que entendamos o desaparecimento do espaço rural que não é rural, mas sim o espaço rural da consolidação da modernidade burguesa, em seu lugar emerge um novo espaço rural, revelada na paisagem pós-moderna ao meu ver a modernidade burguesa possui pólos construtores de identidades que estão sediados na indústria e no espaço urbano. Desses pólos emerge as atribuições de sentidos. Tais pólos foram os mais valorizados e carregam poderes assimétricos nas instâncias

econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas. O espaço rural subalterno que emerge dessa assimetria tem como gênese hegemônico e referencial o poder emissor de sentidos da indústria e a imagem do espaço urbano a ele inerente.

A compreensão da imagem do rural, implicaria, portanto, a compreensão dos contornos (o espaço ecossistêmico), das especificidades (o lugar onde se vive) e das representações (o lugar onde se vê e se vive o mundo). O espaço rural e o espaço urbano correspondem, portanto a representações contemporânea sujeitas a reelaborações e representações sociais diversas de acordo com o universo simbólico a que estão referidas. A problematização aqui estudada permitirá a todos visualizar a complexidade das questões inerentes ao nacional e ao global, do espaço urbano e rural, alertando-nos também para o risco de não descrever apenas como um processo homogêneo ou linear da globalização, sugerindo o desaparecimento do local, do nacional.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, A.M. DE, ZILLY, B. E LIMA, E.N. de. **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- BERGER, PETER L. E LUCKMANN, THOMAS. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes. 1985.
- BOURDIEU, PIERRE. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, S.A, 1989.
- CANCLINI, NÉSTOR GARCÍA. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Ed. USP, 2000
- CARNEIRO, MARIA JOSÉ. **Ruralidades: novas identidades em construção**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 11; out., 1998.
- CASTORIADIS, CORNELIUS. **As Encruzilhadas do Labirinto I**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Feito e a ser feito. As encruzilhadas do labirinto V**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999
- COUTINHO, CARLOS NELSON. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- PAULA, SILVANA GONÇALVES DE. **O campo na cidade: Esportes *country* e ruralidade estetizada**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- ELIAS, NORBERT. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

- \_\_\_\_\_. E SCOTSON, JOHN. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar.2000.
- FEATHERSTONE, MIKE. **Localismo, globalismo e identidade cultural**. **Sociedade e Estado**, Vol. XI, nº 1, Jan./Jun., 1996..
- GREENE, BRIAN. **O Universo Elegante**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HARDT, MICHAEL E NEGRI, ANTONIO. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 2 vol. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1991.
- HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE, **Raízes do Brasil**, 4<sup>a</sup> ed. Editora da Universidade, 1963 .
- IANNI, OCTÁVIO. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JAMESON, FREDRIC. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. Editora Ática, 1996
- \_\_\_\_\_. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997.
- KUMAR, KRISHAN. **Da sociedade Pós-industrial à Pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.
- LEIS, HÉCTOR RICARDO. **A modernidade insustentável**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LINHARES, MARIA YEDDA E SILVA, FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA. **Terra prometida. Uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999a.
- MOREIRA, ROBERTO. **Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista**. In: L.F.C. Costa, R.J. Moreira e R. Bruno (org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999b..
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. **Os processos de globalização**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA JOSÉ GRAZIANO. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1996.
- SORJ, BERNARDO. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- VELHO, OTÁVIO GUILHERME. **Capitalismo autoritário e campesinato**. SP./RJ.: DIFEL, 1979.
- WANDERLEY, MARIA NAZARETH. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 15, 87-146; out., 2000.

WEISCHEDEL, WILHELM. **A Escada dos Fundos da Filosofia**. São Paulo: Editora Angra, 2001